

Trabalho, exploração e suicídio de fumicultores no Rio Grande do Sul

Jovana Bernardt¹

Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria, RS, Brasil)

Marcelo de Albuquerque Vaz Pupo²

Universidade Federal do Pampa (Dom Pedrito, RS, Brasil)

Tatiana Dimov³

Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria, RS, Brasil)

O Rio Grande do Sul se destaca no cultivo do fumo, sendo o estado brasileiro responsável pela maior produção de tabaco do país. Pesquisas apontam que o cultivo do tabaco pode ser bastante insalubre, levando os fumicultores a sofrerem com doenças decorrentes da produção de fumo. Dentre esses problemas de saúde, o suicídio é alarmante. Esta pesquisa teve como objetivo analisar como as relações econômicas com as fumageiras podem impactar a saúde mental de fumicultores, contribuindo para desfechos desfavoráveis no caso das famílias entrevistadas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com familiares de fumicultores que cometeram suicídio e atores sociais que acompanham esses agricultores. As entrevistas foram analisadas de acordo com o método fenomenológico interpretativo e os resultados foram agrupados em duas categorias de análise: 1) fumiicultura como parte constituinte de uma cultura e identidade local; e 2) relação de trabalho entre fumicultores e fumageiras. Os fumicultores apresentam dificuldades na comercialização do tabaco, devido a problemas com suas instituições representativas, além do endividamento provocado por um sistema opressor que mantém os fumicultores subordinados às indústrias de beneficiamento de tabaco em nível técnico e de capital.

Palavras-chave: Tabaco, Agricultor, Saúde mental, Suicídio.

Work, exploitation, and suicide of tobacco farmers in Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul stands out in tobacco cultivation, and is the Brazilian state responsible for the largest tobacco production in the country. Research shows that tobacco cultivation can be quite unhealthy, leading farmers to suffer from diseases resulting from tobacco production. Among these health problems, the suicide is alarming. This research aimed to analyze how economic relationships with tobacco companies can impact the mental health of tobacco farmers, contributing to unfavorable outcomes in the case of the families interviewed. Semi-structured interviews were carried out with family members of tobacco farmers that committed suicide and social actors that follow up these farmers. The interviews were analyzed according to the interpretive phenomenological method and the results were grouped into two categories of analysis: 1) tobacco growing as part of a local culture and identity, and 2) the working relationship between tobacco farmers and tobacco industries. Tobacco farmers have difficulties in selling tobacco due to problems with their representative institutions, in addition to indebtedness, caused by an oppressive system that keeps tobacco farmers subordinate to tobacco processing industries at a technical and capital level.

Keyword: Tobacco, Farmers, Mental health, Suicide.

1 <https://orcid.org/0000-0002-9353-2449>

2 <https://orcid.org/0000-0001-8373-6766>

3 <https://orcid.org/0000-0002-7165-5245>

Introdução

Estudos recentes apontam que o cultivo do tabaco é insalubre, o que leva os fumicultores a sofrerem com doenças em decorrência da produção de fumo, comprometendo a saúde desses agricultores de diferentes formas. Dentre as enfermidades que acometem fumicultores, estão a doença da folha verde do tabaco, a intoxicação por agrotóxicos, alterações na coluna, lesões musculoesqueléticas, distúrbios respiratórios e transtornos mentais, por exemplo, depressão (Cargnin et al., 2016; Riquinho & Hennington, 2014). Segundo Cargnin et al. (2016), “quanto maior o tempo de exposição à cultura do tabaco, maior o risco de adoecer” (p. 7).

Há ainda os agravamentos à saúde de fumicultores causados por intoxicação por agrotóxicos, como os organofosforados, que causam efeitos neurotóxicos crônicos, como distúrbios psiquiátricos e cognitivos e neuropatia periférica (Murakami et al., 2017). Murakami et al. (2017) identificaram a presença de transtornos psiquiátricos menores em 39% dos fumicultores entrevistados.

Os organofosforados também podem afetar o sistema auditivo central e periférico causando perda auditiva: “é comum a disfunção auditiva causada por agrotóxicos ser uma perda auditiva neurossensorial” (Murakami et al., 2017, p. 572). Os autores identificaram três manifestações mais comuns por intoxicação crônica devido à exposição a agrotóxicos: transtornos psiquiátricos menores, perda auditiva neurossensorial e polineuropatia tardia causada por organofosforados (Murakami et al., 2017).

Além das doenças e agravos citados, também há os problemas de saúde mental que afetam os fumicultores, tendo destaque o suicídio. O estudo de Falk et al. (1995) sobre suicídio e doença mental é um dos primeiros com enfoque na saúde mental de fumicultores, especificamente por conta do alto índice de suicídios no município de Venâncio Aires (RS): “os índices de suicídio são alarmantes, levando Venâncio Aires (VA) a ter um dos maiores números de casos por cem mil habitantes no Brasil e até no mundo” (Falk et al., 1995, p. 6). Nesse estudo, os autores apontam como hipótese para o adoecimento mental dos fumicultores o uso de agrotóxicos organofosforados no cultivo do fumo, os quais podem causar síndromes cerebrais orgânicas ou doenças mentais de origem não psicológica.

Os autores indicam que “os agrotóxicos organofosforados causam basicamente três tipos de sequelas neurológicas, após uma intoxicação aguda ou devido a exposições crônicas: polineuropatia retardada, síndrome intermediária e efeitos comportamentais” (Falk et al., 1995, p. 10). Como efeitos comportamentais, os autores citam insônia ou sono conturbado (com excesso de sonhos e/ou pesadelos), ansiedade, retardo de reações, dificuldade de concentração e uma variedade de sequelas psiquiátricas (apatia, irritabilidade, depressão e esquizofrenia). As variáveis comportamentais que podem ser afetadas devido ao uso de agrotóxicos organofosforados são a cognição, a fala e o estado emocional, com tendências aumentadas para depressão, ansiedade e instabilidade, que podem levar ao suicídio (Falk et al., 1995).

O suicídio é um problema de saúde pública antigo no Rio Grande do Sul. De acordo com o Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio do Rio Grande do Sul (Secretaria de Estado de Saúde do Rio Grande do Sul, 2018), o estado aponta uma taxa de suicídio quase duas vezes maior que a média nacional. No entanto, essa distribuição não é homogênea, sendo que algumas regiões do estado chamam atenção pelo número expressivo de suicídios em comparação com outras regiões.

Uma das hipóteses para tais estatísticas seriam as condições de trabalho, visto que no Rio Grande do Sul há predomínio do setor agrícola e, de acordo com a pesquisa de Viana et al. (2008), a profissão que está em segundo lugar com maior frequência de suicídio é de agricultores/lavradores.

Há prevalência de suicídio no sexo masculino, devido ao estereótipo ligado à imagem do homem, especialmente ao homem do campo, como aquele que é o chefe e provedor da família.

Assim, o fracasso de perder toda a safra ou boa parte dela é um fator que contribui para o adoecimento dos agricultores (Meneghel & Moura, 2018).

Para além do uso de organofosforados, aspectos relacionados ao trabalho e a incerteza da produção parecem estar relacionados a inúmeros prejuízos à saúde mental, entre eles a depressão (Viana et al., 2008).

Outro fator que também contribui para o empobrecimento e consequente adoecimento dos fumicultores é a chegada do modelo capitalista de monopólio no meio rural junto às agroindústrias fumageiras internacionais (multinacionais), que impõem um modelo tecnológico para ampliar e expandir a produção. Por meio do sistema de produção integrado do fumo, as multinacionais fornecem insumos, sementes, agrotóxicos e auxílio técnico aos agricultores, impondo condições rígidas de produção. As fumageiras compram a matéria-prima, o fumo, do agricultor e, na indústria, ocorre o beneficiamento, a produção do cigarro, que em sua maioria é exportado, mantendo os fumicultores subordinados ao capital internacional (Meneghel & Moura, 2018). O modelo capitalista de monopólio do mercado do fumo mantém os fumicultores reféns e subordinados às multinacionais. Tal modelo econômico causa efeitos na subjetividade desses agricultores, produzindo sentimentos de impotência e desesperança ligados à falta de autonomia e controle sobre a própria vida. Nesse cenário de insegurança e incerteza quanto ao futuro, têm início as alterações psíquicas e emocionais como angústia, ansiedade, tristeza e mal-estar, que podem evoluir para um quadro de depressão, fazendo com que o agricultor não veja outra saída a não ser a morte (Meneghel & Moura, 2018).

O enfoque da maior parte dos estudos encontrados sobre suicídio de fumicultores está relacionado às condições de trabalho na fumicultura e o uso de agrotóxicos.

Diante da discussão e dos argumentos desenvolvidos, entende-se que se faz importante detectar os fatores de risco associados ao suicídio de fumicultores, de modo a auxiliar na elaboração de estratégias para prevenir o adoecimento mental e suicídio destes, pois ainda não há ações de saúde pública específicas para essa população.

Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa sobre suicídio de fumicultores, situando-se no escopo da produção científica no campo da saúde mental, ocupando-se do tema 'suicídio de fumicultores'. Os dados primários foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas com sujeitos da região central do estado do Rio Grande do Sul. O artigo destaca um aspecto relacionado ao suicídio desses agricultores pouco abordado, que vai além das causas neurotóxicas pelos agrotóxicos, analisando como as relações econômicas com as fumageiras podem impactar a saúde mental de fumicultores, contribuindo para desfechos desfavoráveis no caso das famílias entrevistadas.

Materiais e método

Foi empreendida uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com realização de entrevistas semiestruturadas com familiares de fumicultores que cometeram suicídio, trabalhadores da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS-Ascar) e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), além de uma representante do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA).

Para esta pesquisa, foram entrevistadas ao todo nove pessoas, entre elas quatro familiares de fumicultores que cometeram suicídio, sendo eles de dois núcleos familiares distintos. Um dos informantes, P, trata do suicídio de seu irmão mais velho e não tem relação de consanguinidade com as demais respondentes. Outro participante, A., traz informações sobre o suicídio de seu cunhado, esposo de uma irmã. As outras informantes, O. e S., são tia e sobrinha, respectivamente, e respondem acerca dos suicídios do esposo da O. e do irmão dele, ambos tios de S. Todos os familiares respondentes são moradores de duas cidades vizinhas. Foram entrevistados, ainda, atores

sociais que contribuem para a pesquisa pela proximidade cotidiana com os fumicultores e suas famílias: dois trabalhadores da Emater/RS-Ascar que atuam na região, uma representante do MPA e uma trabalhadora do Cerest que atende às cidades onde vivem e produzem as famílias fumicultoras entrevistadas, todos de municípios localizados na Região Central do Rio Grande do Sul, das regiões de saúde Verdes Campos e Santa Cruz do Sul. Esses relatos foram gravados e posteriormente transcritos na íntegra.

A técnica de coleta utilizada foi a de entrevista semiestruturada. A entrevista em pesquisa social se constitui como a principal técnica de coleta de dados. Para Minayo (1992), a partir da entrevista pode-se coletar dados objetivos/concretos e/ou subjetivos. Os dados subjetivos se “referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões” (p. 108).

Os familiares de fumicultores responderam a um roteiro de entrevista, enquanto os trabalhadores que prestam assistência aos fumicultores responderam a um segundo roteiro (Bernardt & Dimov, 2019). A escolha da técnica justifica-se, pois esse tipo de entrevista permite que assuntos pessoais sejam abordados de forma mais espontânea, uma vez que o roteiro de entrevista é simples e utilizado apenas para guiar a conversa (Lakatos & Marconi, 2003). Além disso, possibilita uma conversa, uma troca de informações entre o pesquisador e o participante, tendo em vista que os procedimentos não são rígidos, e sim flexíveis. Assim, permite que o participante possa falar abertamente, com a possibilidade de revelar ao pesquisador “condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos” (Minayo, 1992, p. 109), para que este possa identificar quais fatores podem estar envolvidos no suicídio de fumicultores.

Na análise das narrativas, usou-se a fenomenologia interpretativa (hermenêutica), que busca integrar descobertas e enriquecer a área estudada. Esta tem como princípio compreender a experiência vivida e seus significados e considera que essa experiência está ligada à relação do homem com outras pessoas, com a sociedade e com a cultura (Alves, 2006). Ao seguir os passos do método fenomenológico interpretativos tem-se: a leitura “ingênua” e a descrição dos dados pautada na redução fenomenológica (*epoché*); o agrupamento e o delineamento das unidades de significado; e o desenvolvimento de categorias analíticas a partir das unidades de significado (Onocko Campos & Furtado, 2008).

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado pelo parecer n. 3.220.380, em conformidade com a Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 2012).

Resultados e discussão

Apresentaremos a seguir os resultados da interpretação e análise realizadas com as entrevistas. Na busca por entender os fatores associados ao suicídio, os aspectos econômicos na relação com as empresas acabaram tendo grande destaque e, por essa razão, optou-se por focalizar tal tema neste artigo. Portanto, a partir da sistematização dos dados, duas categorias de análise foram organizadas: “fumicultura como parte constituinte de uma cultura e identidade local”; e “relação de trabalho entre fumicultores e fumageiras”.

Fumicultura como parte constituinte de uma cultura e identidade local

Duas questões que surgem na fala de alguns entrevistados referem-se à fumicultura e ao suicídio como parte da cultura alemã e a como as fumageiras parecem explorar uma característica cultural/religiosa nas suas relações com os fumicultores e familiares a fim de explicar as estatísticas elevadas de suicídios.

A região de Santa Cruz do Sul foi colonizada por alemães, com sua chegada por volta de 1824 (Vogt, 1994). Na época, os imigrantes iniciaram o cultivo do fumo apenas para consumo próprio, e o excedente foi aos poucos sendo comercializado nas vilas e posteriormente enviado à Alemanha, que preferia consumir o fumo claro produzido no Brasil por seus compatriotas aqui instalados (Vogt, 1994). Ao final do século XIX, a Alemanha havia se tornado o principal país importador de tabaco do Brasil.

Drebes (2019), em seu estudo sobre suicídio de fumicultores familiares no Vale do Rio Pardo, ressalta que “não se pode desconsiderar os aspectos identitários valorados pela colonização alemã desencadeada entre os séculos XIX e XX” (p. 63), pois os participantes da sua pesquisa enfatizaram a etnicidade alemã “como atributo individualizante no vasto contexto atualmente constitutivo da fumicultura do Rio Grande do Sul” (p. 63). Para a autora, a conformação e conservação da identidade, costumes e princípios germânicos contribuí para a consolidação de uma cultura muitas vezes conivente com o suicídio. Inclusive, foi identificada nas entrevistas dos participantes da pesquisa e na literatura a tentativa de relacionar os altos índices de suicídio dessa região com a cultura alemã. Esse aspecto da cultura alemã associada aos suicídios de fumicultores aparece nas narrativas de A. e R.:

Existe até eu já li em algum lugar, uma tentativa de relacionar esses suicídios com a origem das pessoas, porque são descendentes de europeus, de alemães daquelas regiões onde as taxas de suicídio também são elevadas. Então eu já vi isso em alguns lugares, que não seriam os agrotóxicos nem a nicotina e que sim a origem cultural e racial dessas pessoas, e ali em Agudo acho que 100% são de origem alemã. Mas li também que houve uma grande quantidade de imigração alemã para regiões de Santa Catarina, porém que não tem esses índices altos de suicídio. Existem talvez níveis mais elevados do que no restante da população, mas não tanto como aqui e principalmente relacionados a estas regiões de fumicultura. Mas talvez tenha influência também porque são somatórios (R., médica do CEREST).

E nos debates sempre vinha a questão de qual a real motivação disso, será que tem a ver com imunodepressão por causa do uso de agrotóxicos, ou tem a ver com a cultura alemã do endividamento, das relações sociais, porque a indústria do tabaco alega que muitos se matavam porque tinham dificuldade de se organizar e pagar suas contas. Aí, pra não passar vergonha na comunidade, acabavam decidindo pelo suicídio. Essa sempre foi a linha de argumentação da indústria e de quem eles colocavam para estudar isso (A., familiar).

Drebes (2019) ressalta que “parece existir um interesse nos representantes das agroindústrias fumageiras nesta naturalização das causas sociais dos suicídios de fumicultores teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo” (p. 83). Com isso, a autora quer assinalar que, para as indústrias fumageiras, é vantajoso utilizar o sangue e seus atributos genéticos e hereditários para culpabilizar o próprio fumicultor, sua família e comunidade pelo suicídio, utilizando de uma justificativa biológica para afastar de si qualquer responsabilidade sobre as condições de vida e trabalho às quais os fumicultores são submetidos. Para Drebes (2019), os valores naturalizados que são compartilhados pelos fumicultores de origem germânica, muitas vezes, não são entendidos pela família e comunidade como um código identitário, e sim genético. Assim, “suicídios não são percebidos como fenômenos sociais, mas como fenômenos de causas naturais” (p. 74): “a vertente, a corrente mais forte de sustentação do oligopólio do tabaco era dizer isto, que o suicídio é da cultura germânica, pomerana” (B., trabalhador da Emater).

Embora os entrevistados e Drebes (2019) tragam de forma crítica o modo como as fumageiras se apropriam do argumento genético como fator-chave para o suicídio de fumicultores de origem alemã, é possível encontrar na literatura elementos que validam a argumentação de que existem elementos culturais, ou seja, um código identitário que precisa ser considerado ao analisar o suicídio de fumicultores.

Entende-se aqui a questão do suicídio como multifatorial. É importante destacar que a bibliografia consultada e as narrativas coletadas nesta pesquisa trazem elementos diversos que parecem influenciar na alta incidência de suicídio entre fumicultores, sendo que nas entrevistas que serão apresentadas ao longo deste artigo ficam latentes questões relacionadas aos processos de trabalho e à relação com as fumageiras.

Drebes (2019) também ressalta a questão do endividamento dos fumicultores familiares. Para a autora, as dívidas são uma contravenção do hábito de economizar e causam sofrimento aos agricultores, pois “estar endividado é motivo de descrédito e desonra diante de sua família e de sua comunidade: é a ruína de sua retidão” (p. 69). A autora afirma que a ética da economia pode desencadear suicídio, especialmente em situações de endividamento ou de escassez de recursos materiais. A questão do endividamento aparece também nas narrativas de alguns dos entrevistados, como no de P: “Meu irmão estava com alguns problemas de endividamento também, ele não relatou isso nos últimos momentos” (P., familiar).

Nessa perspectiva, o trabalho fica relacionado a uma ética protestante que tem origem na acumulação burguesa de bens e riquezas, uma vez que sua ascensão ao poder no continente europeu, como fenômeno ligado ao surgimento do capitalismo, precisou de uma base religiosa que justificasse tanto as liberdades individuais quanto a propriedade privada, no contexto do liberalismo econômico que se consolidou nos últimos séculos (Safatle, 2015). Sob essa óptica, o sucesso ou fracasso econômico de uma família ou de um indivíduo justifica-se pelo mérito/demérito pessoal, e não por fatores sociais como relações desiguais e má distribuição da riqueza, resultados da exploração do trabalho humano.

Imbuídos dessa ética, o insucesso dos fumicultores nos intercâmbios econômicos com as fumageiras e a frustração que advém dessa relação poderiam predispor o trabalhador, de origem alemã e protestante, a um maior risco de suicídio.

O peso de ser provedor para a família e o medo de não desempenhar esse papel aparecem também na narrativa de uma familiar sobre seu esposo: “ele sempre tinha medo de passar fome, de faltar dinheiro, ele tinha medo de tudo” (O., familiar). Da mesma forma, outro familiar aponta a questão econômica como algo que, na sua percepção, influencia no suicídio de fumicultores: “a frustração em relação à renda, ao progresso financeiro, endividamento, à não realização da possibilidade de avançar, de pagar o estudo dos filhos” (A., familiar).

Meneghel e Moura (2018) também citam o cenário rural e o atual modelo econômico a que estão subordinados os fumicultores como fatores que estão envolvidos no suicídio, pois na constituição da sociedade rural, especialmente dos produtores de tabaco, há características importantes a serem consideradas. As propriedades produtoras de fumo são em sua esmagadora maioria pequenas propriedades rurais, que possuem caráter de agricultura familiar, ou seja, são aquelas famílias que cultivam em suas terras e dispõem de sua própria força de trabalho para a produção. A produção de fumo é quase que inteiramente artesanal, pouco mecanizável, sendo as atividades desenvolvidas de forma manual. Por isso, envolvem quase todos os membros da família, inclusive crianças e idosos. Sendo assim, trata-se de uma prática herdada da família e que necessita da família para ser desenvolvida (Almeida, 2005).

Podem haver também uma ajuda entre as famílias vizinhas para o cultivo do tabaco (Almeida, 2005), porém, essa prática está cada vez menos presente no cotidiano dos fumicultores, tendo em vista que com o aumento na quantidade produzida por cada família, na expectativa de gerar mais renda, quase não há tempo para ajudar o agricultor vizinho.

E a gente se trocava muito dia, ali com a família B, com o falecido J. e também a gurizada né. Às vezes de noite nós íamos pra lá atar fumo ou eles vinham. Agora que a gente vê que ninguém mais se ajuda, que é muito, muito fumo que é plantado (A., familiar).

Há outro fator que também contribui para esse distanciamento nas relações de ajuda dos vizinhos fumicultores, que é a competição estimulada pelas fumageiras por meio de seus técnicos, assim denominados instrutores (Almeida, 2005). Assim, os agricultores são estimulados a competir entre si, na busca de produzir cada vez mais e com melhor qualidade, conseqüentemente trabalhando mais e, no final de todo esse processo, quando chega o momento da comercialização, a fumageira determina o valor que pagará ao fumicultor com base no mercado internacional, já que essas empresas são multinacionais e seguem regras do capital exterior. Porém, como forma de se livrar dessa responsabilidade, estabelecem critérios de qualidade para classificação da folha cada vez mais difíceis de serem alcançados e induzem os fumicultores a competirem entre si.

A produção de tabaco tem características específicas se comparada a outras produções agrícolas, sobretudo no que diz respeito à comercialização. Com a instalação do monopólio das indústrias beneficiadoras de fumo, a produção passou a ser estabelecida através do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT).

O SIPT é o método pelo qual a indústria fumageira e os fumicultores mantêm vínculo de produção de tabaco. Esse sistema se materializa por meio do contrato de compra e venda firmado entre a fumageira e o fumicultor, em que são estabelecidos deveres e obrigações de ambas as partes. Em linhas gerais, ao agricultor cabe produzir os volumes contratados, ou seja, a estimativa do contrato, utilizando sementes e insumos recomendados pela indústria, e comercializar a totalidade estimada da sua produção pelos valores negociados entre representações das fumageiras e dos fumicultores. Às indústrias fumageiras cabe prestar assistência técnica aos fumicultores, repassar insumos certificados e aprovados para uso na cultura, avaliar os financiamentos de insumos e investimentos e comprar integralmente a safra contratada por preços negociados com a representação dos produtores (Biolchi et al., 2003). “Porque, naquela época, era bem fechado . . . os contratos eram fechados, o produtor tinha que comprar os produtos da empresa, senão eles não compravam o fumo” (P, familiar).

Assim sendo, é possível observar que a fumicultura se constitui como parte de uma cultura e identidade local, orientando modos de existir, de produzir e de se relacionar na sociedade rural. Também é possível identificar que a fumicultura apresenta fortes traços da cultura alemã, já que os imigrantes alemães foram os pioneiros na produção de tabaco no Rio Grande do Sul.

Relação de trabalho entre fumicultores e fumageiras

Com a chegada da indústria, foram sendo desenvolvidas tecnologias para produção de tabaco, até que em 1924 foram inseridos na produção a utilização de insumos químicos (agrotóxicos, fertilizantes etc.) e o melhoramento genético das sementes. Nesse período, houve grandes mudanças na produção do fumo, como melhora na qualidade da matéria-prima e aumento da quantidade produzida, instituindo-se assim o chamado complexo agroindustrial do fumo. Todo esse avanço tecnológico, contudo, não foi tão benéfico aos agricultores quanto foi para a indústria, pois os fumicultores ficaram subordinados às fumageiras, que estabeleceram controle rígido sobre a produção de tabaco (Silva, 2002).

A implementação de técnicas modernas com base no avanço da industrialização produtiva resultou em dificuldades nas relações profissionais e familiares dos fumicultores de várias formas, especialmente devido ao processo de globalização e internacionalização da produção de tabaco, que passou a ser comercializado na forma de *commodity*, submetendo os fumicultores ao capital internacional e “aos critérios que impõem a redução de custos e a qualidade do produto como vantagens comparativas” (Ferreira, 2006, p. 146). Atingindo os agricultores diretamente, esse modelo de produção coloca os fumicultores em uma posição subalterna nas negociações que são do seu interesse.

Emergiram das entrevistas realizadas nesta pesquisa questões como a falta de autonomia dos fumicultores nas negociações dos índices de reajustes de preços do fumo, comercialização e financiamento, endividamento dos fumicultores e a relação de exploração de trabalho das fumageiras para com os agricultores, como fatores que podem estar associados aos suicídios de fumicultores. A seguir, um trecho da entrevista com um familiar de fumicultor que cometeu suicídio, que expressa a dominação da indústria fumageira:

Para não entrar nessa coisa da cultura do fumo, né, e dessa coisa empresarial, que as empresas dominavam, né! Você não tinha muito poder sobre as decisões que aconteciam com a produção. Você fazia a produção, entregava e eles [as empresas] apenas determinavam o que você ia receber (P, familiar).

Os índices de reajustes de preços do fumo, comercialização e financiamento são realizados pela representação das indústrias fumageiras e dos fumicultores, denominada Comissão Técnica Mista. A representação das indústrias fumageiras é o Sinditabaco (Sindicato das Indústrias do Tabaco), enquanto os fumicultores são representados pelas Federações de Trabalhadores dos três Estados do Sul – Fetag (Rio Grande do Sul), Fetaesc (Santa Catarina) e Fetaep (Paraná) –, pelas Federações da Agricultura dos Três Estados – Farsul (Rio Grande do Sul), Faesc (Santa Catarina) e Faep (Paraná) – e pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Essas são as representações “legítimas” reconhecidas pela Comissão Técnica Mista, porém os fumicultores são, em sua maioria, agricultores familiares, mais bem representados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FetraF-Sul/CUT) e MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), que, no entanto, não são reconhecidos como representantes legítimos pela comissão (Biolchi et al., 2003).

Segundo a Ratificação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco no Brasil: mitos e verdades, do Ministério da Saúde (2004), a Afubra “é uma instituição ‘fachada’ da British American Tobacco, representada no Brasil pela Souza Cruz e mantida por esta para defender os seus interesses e não os dos fumicultores” (p. 19). Além disso, a Afubra mobilizou-se para impedir que a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco fosse ratificada no Brasil, supostamente em nome dos fumicultores. Esse é mais um dos problemas que os fumicultores enfrentam: a própria instituição que deveria defendê-los trabalha em benefício da indústria que os explora, “ou seja, quem decide o preço que as fumageiras irão pagar para os fumicultores é o próprio complexo agroindustrial” (Drebes, 2019, p. 11). Para Drebes (2019), a principal disputa entre fumicultores e indústria fumageira é o rendimento econômico.

Segundo Mengel e Aquino (2017), a Fetraf e o MPA não são aceitos para compor a Comissão Técnica Mista e para participar das negociações dos preços do tabaco, pois não cederiam a acordos pré-constituídos. Além disso, em entrevista para Mengel e Aquino (2017), o dirigente da Fetraf afirma que o SIPT é um sistema intensivo de exploração dos trabalhadores. Em suas palavras, “especificamente na cadeia do tabaco, o agricultor é um mero produtor de matéria-prima sem muitos direitos e com uma baixa remuneração em relação aos trabalhadores do mesmo setor de outras partes do mundo” (Mengel & Aquino, 2017, p. 13). Tal aspecto das relações de poder na indústria do tabaco aparece também na narrativa de P:

O que a gente sempre gostava era de questionar o nível de dominação das empresas né, porque você produzia um produto e você não tinha nenhum tipo de poder de barganha de vender o produto. Você tem que entregar na empresa, colocava no caminhão e você só recebia o valor que eles determinavam (P, familiar).

De acordo com Ferreira (2006), os fumicultores apontam como responsáveis por esses problemas as fumageiras e o Sinditabaco; logo em seguida aparecem os governos Estadual e Federal.

Também há uma parcela que apontou a responsabilidade para a própria categoria, ou seja, os produtores rurais, apresentando sua fragilidade organizativa, citando inclusive sua organização associativa, a Afubra, como também responsável (Ferreira, 2006).

Conforme aponta a literatura e também os relatos dos entrevistados, um dos pontos negativos na produção de fumo é o alto custo dos insumos utilizados na plantação combinado com o baixo preço do tabaco. Apesar de haver uma comissão para negociar os índices de reajustes de preços do fumo, comercialização e financiamento, com representações das indústrias fumageiras e dos fumicultores, estes acabam por sair prejudicados, já que sua instituição representante parece não defender seus interesses.

Portanto, combinado ao baixo preço agregado do tabaco, o alto custo de produção, especialmente devido ao valor dos insumos utilizados na plantação, resulta em um lucro muito pequeno para o fumicultor, que precisa garantir a reprodução da família e ainda custear a próxima safra. Na tentativa de aumentar seus lucros, o fumicultor aumenta a quantidade de fumo plantada e, por consequência, aumenta seus custos de produção, o que pode gerar uma situação de endividamento, como indica a literatura e alguns dos entrevistados.

Endividamento, e isso de não ver uma possibilidade, uma “luz no fim do túnel” sem ser o fumo, se sentem reféns disso. Essa história do endividamento é muito grave, porque o que eles [fumageiras] fazem, se a pessoa não tem dinheiro eles dão um crédito, mas o fumicultor tem que plantar mais fumo, e as pessoas não têm condição de cuidar de toda essa plantação, caindo a qualidade. Aí o custo de produção aumenta, diminui a qualidade, o resultado vende pior, então vai criando uma ‘bola de neve’ e eles [fumicultores] não conseguem mais sair disso (R., representante do MPA entrevistada).

A indústria utiliza a estratégia de parcelamento da dívida e incentivo para aumentar a produção como forma de manter o compromisso do fumicultor em quitar a dívida com a empresa; encarece o investimento para produzir mais e exige acréscimo de trabalho, pois o fumicultor terá mais tabaco para plantar, cuidar, colher, secar e classificar. No entanto, todo esse aumento de investimento e trabalho não é garantia de maiores rendimentos, podendo levar o fumicultor a endividar-se, como aponta uma das entrevistadas:

Aí esse irmão foi indo e não conseguia pagar as dívidas da firma, aí as firmas vinham e iam empenhorando as terras pra dar de segurança como que eles iam pagar a dívida. Daí teve um dia que o instrutor da firma chegou e ele perguntou enquanto que estava a dívida dele, porque ele achava que já estava quase tudo pago pelo tanto que ele trabalhava. E o instrutor falou que nem ele vendendo toda terra dele ele pagava mais a dívida (S., familiar).

Ainda, segundo Riquinho e Hennington (2014), os fumicultores podem vir a ter dificuldades de entender o processo de parcelamento da dívida, pois este não é bem explicado pelos instrutores da fumageira, fazendo com que o agricultor não compreenda o valor dos juros. Há ainda a ideia de que o fumo dá lucro para o trabalhador rural, especialmente quando comparado a outras culturas que são produzidas em pequenas propriedades rurais, constringendo o fumicultor que está endividado. Para as autoras, “o que acontece é uma movimentação de grande quantidade de dinheiro durante o ano, mas o lucro final para o agricultor é pequeno, dando uma falsa impressão de que eles têm uma boa renda” (Riquinho & Hennington, 2014, p. 5).

Os recursos de financiamento para custeio e investimento das instalações, máquinas e equipamentos para o processo de produção do fumo tem origem nos bancos, porém, estes não se envolvem diretamente com os fumicultores, mas com as indústrias fumageiras que atuam como avalistas dos seus produtores integrados. Os bancos repassam os recursos de financiamento direto

para as contas das empresas, autorizados pelos fumicultores, que muitas vezes não recebem cópias dos documentos de créditos gerados, o que acaba por causar dúvidas e inseguranças nos agricultores em relação aos financiamentos (Biolchi et al., 2003). Esses financiamentos são pagos pelos fumicultores com o tabaco, e os insumos agrícolas são convertidos em quilos de fumo (sistema troca-troca).

Segundo Drebes (2019), o tabaco não conta com uma política pública de financiamento, por isso,

As fumageiras agem como intermediárias das transações financeiras com as instituições bancárias, sendo avalistas dos fumicultores nestes empréstimos voltados ao custeio do cultivo, iniciando pelos insumos agropecuários, como agrotóxicos, fertilizantes, sementes etc. (Drebes, 2019, p. 117).

Dessa forma, o fumicultor contrai a dívida, pois “o fumo ainda nem foi semeado e o fumicultor já se encontra endividado” (Drebes, 2019, p. 117). “As dívidas, na verdade, a gente sabe que ele tinha porque, depois do falecimento, a gente recebeu do banco algumas notificações de renegociação de dívidas” (P, agricultor entrevistado).

Assim, a produção de tabaco no Rio Grande do Sul caracteriza-se como “uma cadeia produtiva agroindustrial cujo caráter principal é de oligopólio de empresas internacionais que submetem os produtores rurais em termos econômicos, tecnológicos e ideológicos” (Ferreira, 2006, p. 144) e envolve um número grande de famílias que compõem o alicerce dessa cadeia produtiva baseada na pequena propriedade rural.

Segundo Lima (2007), historicamente os produtores de fumo são subordinados aos que acumularam capital com a comercialização do fumo. No início, eram os comerciantes da colônia, donos das casas de comércio e, atualmente, são os proprietários das fumageiras multinacionais quem detém os lucros sobre o trabalho dos fumicultores e suas famílias.

Os agricultores permaneceram proprietários dos seus meios de produção e dirigentes das tarefas agrárias, porém agora subordinados ao capital agroindustrial. Se antes eles estavam atrelados aos comerciantes da colônia, com a vinda da transnacional mudam as técnicas de produzir, enquanto a essência das relações de produção permanece inalterada (p. 215).

Apesar de os fumicultores continuarem sendo os donos da terra em que cultivam tabaco, estes são subordinados às indústrias fumageiras em nível técnico e de capital, mantendo relações opressoras, em que seu conhecimento e trabalho não são reconhecidos e nem valorizados, como aponta Drebes (2019):

No campo fumícola, embora os fumicultores concentrem o capital agrícola, as fumageiras concentram o capital comercial e industrial, bem como mobilizam recursos financeiros, que, por fim, posicionam os fumicultores como dominados e as fumageiras como dominantes (p. 115).

Essa situação é observada na fala de uma das entrevistadas: “Eu sempre digo assim: o fumicultor sabe plantar, sabe colher, mas na hora da venda sempre é muito traumático né” (R. representante do MPA entrevistada). Em boa medida, a relação econômica estabelecida entre fumicultores e fumageiras estampa a invisibilização do trabalho como elemento central no processo socioeconômico. A experiência traumática do fumicultor no intercâmbio econômico com a fumageira pode ser compreendida nessa ocultação do trabalho humano e do valor por ele gerado, em um sistema distributivo no qual o valor socialmente gerado pelo fumicultor é convertido em dinheiro que não se acumula em sua mão, mas na de outros atores da cadeia produtiva (Petersen et al., 2017). O resultado desse intercâmbio desigual produz, pouco a pouco, uma negação do ser agricultor(a), na medida em que seu modo de trabalho e vida não encontra na dimensão econômica condições de sustentação.

Na dinâmica histórica das forças produtivas no meio rural, duas formas arquetípicas de apropriação da natureza se desenvolvem e estão presentes na atualidade: o modo industrial e o modo camponês, cada um alicerçado em diferentes arranjos nos quais os elementos sociais e tecnológicos estão indissociavelmente ligados (Toledo & Barrera-Bassols, 2015).

A realidade tem demonstrado que, no sul global, o desenvolvimento da força produtiva pautada no agronegócio e no latifúndio – representantes do modo industrial de apropriação da natureza e organizados sob a égide do capital – expulsa as populações do campo, promove genocídios de forma recorrente e destrói a biodiversidade e a estabilidade dos biomas terrestres e, portanto, as próprias condições de manutenção da atividade agrícola a médio e longo prazo (Mitidiero & Goldfarb, 2021).

A industrialização capitalista no campo brasileiro, ainda que descontínua e desigual, exige esforços adicionais de controle político sobre as comunidades e as pessoas. Esse tipo de controle é resultado direto da estrutura colonial que marca a trajetória do país⁴ (Quijano, 2005). Compreendemos que o sistema integrado, instrumento utilizado pelas fumageiras, enquadra-se nessa perspectiva, uma vez que tem sido capaz de controlar o trabalho e o modo de vida dos fumicultores, assim como a relação entre tecnologia e ambiente (vinculando financiamento aos insumos de forma predeterminada) e os intercâmbios econômicos envolvidos na comercialização do fumo.

A falta de autonomia na produção de tabaco, aliada à dificuldade de negociação dos índices de reajustes de preços do fumo, comercialização e financiamento traduz um modelo econômico que não é favorável aos fumicultores. Para Meneghel e Moura (2018), tal modelo econômico causa efeitos nas subjetividades dos sujeitos, produzindo sentimentos de impotência e desesperança, ligados à falta de autonomia e controle sobre a própria vida. Nesse cenário de insegurança e incerteza do futuro, têm início as alterações psíquicas e emocionais como angústia, ansiedade, tristeza e mal-estar, que podem evoluir para um quadro de depressão, fazendo com que o agricultor não veja outra saída a não ser a morte.

Conclusão

O Rio Grande do Sul tem índices elevados de suicídio e os agricultores estão entre os grupos de maior risco. Entre esses agricultores, os fumicultores parecem estar entre os mais afetados, sendo que as regiões do RS onde a economia se organiza a partir da fumiicultura têm os piores índices de suicídio do estado. A fim de compreender melhor esse fenômeno, foram entrevistados diferentes atores próximos a fumicultores que já cometeram suicídio.

A cultura germânica surge na fala de entrevistados como característica cultural/religiosa explorada de modo a explicar os altos índices de suicídio. Os entrevistados questionam essa associação e apresentam narrativas que focam na relação com as fumageiras, como o endividamento e a falta de autonomia dos fumicultores nas negociações relacionadas aos índices de reajustes de preços do fumo e comercialização.

Os resultados revelam importante contribuição para os estudos na área, uma vez que parte significativa das pesquisas sobre suicídio de fumicultores no Brasil apresenta enfoque no uso de agrotóxicos durante a cultura do fumo e nos efeitos danosos dessa prática. Esta pesquisa não invalida dados sobre os efeitos nocivos dos agrotóxicos, mas evidencia um fator também relevante, que é a precarização da condição de trabalho dos fumicultores, estabelecida a partir da relação de trabalho com as fumageiras.

4 A colonialidade que marca as relações sociais da atualidade pode ser identificada em ações como a ocorrida no dia 22 de fevereiro de 2023, quando o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério do Público do Trabalho e a Polícia Federal encontraram 192 trabalhadores rurais em regime análogo à escravidão no Rio Grande do Sul, nesse caso em atividades de colheita de uvas (Fonseca & Brigatti, 2023).

Os participantes desta pesquisa apontam como saídas para essa situação de exploração e subordinação dos fumicultores políticas públicas para regulamentar os índices de reajustes de preços do fumo e comercialização e também para investir e financiar a diversificação da propriedade rural, para que os agricultores possam ter outras fontes de renda e outras formas de produzir e comercializar que valorizem a identidade do ser agricultor(a).

Referências

- Almeida, G. E. G. (2005). *Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos*. Terra de Direitos.
- Alves, P. C. (2006). A fenomenologia e as abordagens sistêmicas nos estudos sócio-antropológicos da doença: breve revisão crítica. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(8), 1547-1554. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000800003>
- Bernardt, J., & Dimov, T. (2021). Suicídio de Fumicultores no Rio Grande do Sul. Em E. M. Ferreira (Org.), *A psicologia e a exploração da percepção, cognição, emoção e personalidade 2* (1º ed). Atena Editora. <https://doi.org/10.22533/at.ed.694211512>
- Biolchi, M. A., Bonato, A. A., & Oliveira, M. A. (2003). A cadeia produtiva do fumo. *Contexto Rural*, 3(4), 5-55.
- Cargnin, M. C. dos S., Teixeira, C. de C., Mantovani, V. M., Lucena, A. de F., & Echer, I. C. (2016). Cultura do tabaco versus saúde dos fumicultores. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 25(2), e2940014. <https://doi.org/10.1590/0104-07072016002940014>
- Drebes, L. M. (2019). *Suicídio de fumicultores familiares: Construções de um problema social* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório digital da UFSM. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18608>
- Falk, J. W., Carvalho, L. A., Silva, L. R., & Pinheiro, S. (1995). Suicídio e uso de agrotóxicos: Conseqüência do uso de agrotóxicos organofosforados? In M. Rolim (Org.), *Relatório azul: Garantias e violações dos direitos humanos no Rio Grande do Sul – 1995* (pp. 142-155). Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- Ferreira, M. A. F. (2006). Os produtores de fumo da Bacia do Rio Pardo: Cotidiano subalterno e a difícil mudança. In V. E. Etges, & M. A. F. Ferreira (Orgs.), *A produção de tabaco: Impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul – RS*. Edunisc.
- Fonseca, C., & Brigatti, F. (2023, 24 de fevereiro). Trabalhadores de colheita de uva são resgatados em regime análogo à escravidão no Rio Grande do Sul. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/02/colheita-de-uva-no-rs-era-feita-em-regime-de-trabalho-analogo-a-escravidao.shtml>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5a ed). Atlas.
- Lima, R. G. de. (2007). Desenvolvimento e relações de trabalho na fumiicultura sul-brasileira. *Sociologias*, 18, 190-225. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200010>
- Meneghel, S. N., & Moura, R. (2018). Suicídio, cultura e trabalho em município de colonização alemã no sul do Brasil. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 22(67), 1135-1146. <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0269>
- Mengel, A. A., & Aquino, S. L. (2017). A cadeia produtiva do tabaco como campo de disputas. *Mundo Agrário*, 18(38), 1-21. <https://doi.org/10.24215/15155994e057>
- Minayo, M. C. de S. (1992). *O desafio do conhecimento*. Hucitec.
- Ministério da Saúde. (2004). *A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: Mitos e verdades*. Inca. <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/a-ratificacao-da-convencao-quadro-para-o-controle-do-tabaco-pelo-brasil-2004.pdf>
- Ministério da Saúde. *Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012*. (2012, 12 de dezembro). https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Mitidiero M. A., Jr., & Goldfarb, Y. (2021). *O Agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo*. Associação Brasileira de Reforma Agrária.
- Murakami, Y., Pinto, N. F., Albuquerque, G. S. C. de, Perna, P. de O., & Lacerda, A. (2017). Intoxicação crônica por agrotóxicos em fumicultores. *Saúde em Debate*, 41(113), 563-576. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711317>

- Onocko Campos, R. T., & Furtado, J. P. (2008). Narrativas: Utilização na pesquisa qualitativa em saúde. *Revista de Saúde Pública*, 42(6), 1090-1096. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102008000600016>
- Petersen, P., Silveira, L. M., Fernandes, G. B., & Almeida, S. G. (2017). *Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas*. AS-PTA.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander, *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). Clacso.
- Riquinho, D. L., & Hennington, É. A. (2014). Cultivo do tabaco no sul do Brasil: Doença da folha verde e outros agravos à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(12), 4797-4808. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141912.19372013>
- Safatle, V. P. (2015). O trabalho do impróprio e os afetos da flexibilização. *Veritas (Porto Alegre)*, 60(1), 12-49. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2015.1.20196>
- Secretaria de Estado de Saúde do Rio Grande do Sul. (2018). *Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio*. <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201809/05162957-boletim-de-vigilancia-epidemiologica-de-suicidio-n1-2018.pdf>
- Silva, L. X. (2002). *Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transição* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório digital da UFRGS. <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/629.pdf>
- Toledo, V. M., & Barrera-Bassols, N. (2015). *A memória biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais*. Expressão Popular.
- Viana, G. N., Zenkner, F. de M., Sakae, T. M., & Escobar, B. T. (2008). Prevalência de suicídio no Sul do Brasil, 2001-2005. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 57(1), 38-43. <https://doi.org/10.1590/S0047-20852008000100008>
- Vogt, O. P. (1994). *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849- 1993)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Acervo digital da UFPR. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27825>

Endereço para correspondência

jovanabdt3@gmail.com
estamira@ufsm.br

Recebido em: 04/10/2021

Revisado em: 04/04/2023

Aprovado em: 15/04/2023

